

## Um conto de duas enchentes:

Memória e natureza nas grandes enchentes da década de 60

ANA CAROLINA OLIVEIRA ALVES E MARCELA REBELLO MARTINS\*

### Introdução

*(...) nem tinha noção que um dia essa enchente poderia acabar com tudo. Não tinha essa noção. A gente nunca imaginaria que um dia precisaria de sair dali, daquele local, entendeu? (...) Por que essa enchente de 66 acho que todos que lembram né.”*  
(Ana Lúcia Pereira Serafim - Moradora da Cidade de Deus)

As cidades e a memória de seus habitantes são constantemente modificadas pela forma com que estes se relacionam com a natureza. Estas modificações se dão de muitas formas, inclusive através dos desastres naturais, que podem resultar em uma total reconfiguração não só da conjuntura urbana, mas também das relações sociais. Nosso objetivo aqui é estudar alguns desses eventos, especificamente as enchentes da cidade do Rio de Janeiro<sup>1</sup>. A memória sobre estas enchentes é criada e recriada a cada novo temporal como amemória coletiva de uma cidade ou de uma época é construída e reconstruída diversas vezes.

Os desastres ambientais são frequentes na história da cidade do Rio de Janeiro. Segundo Maurício de Almeida Abreu, um dos mais antigos registros históricos de grandes inundações é de 1711 (ABREU apud ROSA & LACERDA, 1997). Essa situação se intensifica a partir dos séculos XIX e XX. O crescimento demográfico acelerado, a urbanização progressiva da cidade e suas consequências— tais como a verticalização, o aumento da pavimentação, etc. —, delineiam certo descompasso entre a ação do homem e os ritmos da natureza. Por mais que seja complicado estabelecer uma relação direta entre o crescimento urbano e os impactos pluviais, o descompasso representado por estes fatores certamente contribuiu para o agravamento das catástrofes naturais no decorrer do século.

---

\* Graduandas em História pela UFRJ participantes do projeto intitulado “Cidades Submersas: paisagem, história e memória das enchentes no Rio de Janeiro e em Buenos Aires no século XX (décadas de 1900 a 1960)” sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andrea Casa Nova Maia e da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lise Fernanda Sedrez – Apoio FAPERJ.

<sup>1</sup> Apesar do recorte escolhido para esse texto, a pesquisa à qual este se vincula se dedica a estudar também as enchentes de Buenos Aires e efetuar uma análise comparativa entre tais cidades. O projeto abrange também um recorte temporal maior, analisando as enchentes desde o início do século XX.

Estas se repetem, ao longo da história da cidade, com incrível intensidade e culminam assim em duas enchentes traumáticas ocorridas na década de 60 - a de 1966 e a de 1967.

Nenhum temporal conseguiu ultrapassar a intensidade daquele de janeiro de 1966. Números apontam que este foi o mais intenso de todos os temporais medidos até então. Esse ano ficou marcado na memória carioca como uma das maiores calamidades de sua história. Quantitativamente falando, as violentas chuvas daquele ano totalizaram o equivalente a 237 mm em apenas 24 horas, deixando milhares de desabrigados, muitos mortos e diversos problemas estruturais sérios – como o colapso da rede de energia e também do sistema de transportes. As chuvas daquele ano foram violentas e transformaram a enchente de 66 na “*Grande enchente*”. Apesar das declarações das autoridades de que aquela chuva fora excepcional, em janeiro e fevereiro do ano seguinte uma nova precipitação acontece, e também devastadora. A enchente de 1967 afetou principalmente os bairros da Zona Norte. Nesse ano também, apenas em um dia foi registrada uma média de 160 mm de precipitação enquanto o índice comum para o mês inteiro varia entre 100 mm e 115 mm. Tal situação permite observar como a década de 60 se caracterizou por fortes e violentos temporais que são sempre lembrados ao falar de desastres naturais.

Inúmeros são os motivos que em conjunto explicam as razões da cidade do Rio de Janeiro ser anualmente afetada por gigantescas inundações, mas o interessante é entender a relação socialmente construída antes, durante, e depois destes fenômenos. As enchentes e seus efeitos nos mostram muito mais do que as inabilidades da administração pública, mas abrangem o próprio impacto ecológico da urbanização. Essas enchentes não são, portanto, eventos simplesmente naturais, mas são também sociais e devem ser encaradas como resultantes da interação entre indivíduos e natureza em meio a um ambiente urbano. A rotina na vida do carioca é interrompida pelos temporais que a cada ano devastam a cidade; por conseguinte as enchentes interferem diretamente na memória e na história da cidade e de seus habitantes.

Desta forma, o presente trabalho objetiva entender, tendo como plano de fundo os já mencionados desastres ocorridos em ambiente urbano, a relação que se estabelece entre natureza e cidade no Rio de Janeiro em meio a esta experiência de tragédia periódica. Nesse sentido, buscamos a compreensão desta relação não só através de sua memória oficial, mas

principalmente pela memória popular<sup>2</sup>. Assim, a história oral se estabelece como importante ferramenta metodológica, uma vez que nos permite compreender o fenômeno social através de seus sujeitos históricos (MEIHY, 2002).

De acordo com Michel Pollak, a memória, tanto individual como coletiva, é flutuante e mutável, porém há marcos em comum - estes são invariantes e imutáveis -, ou seja, cada indivíduo sempre contará uma narrativa própria, mas o que a torna coletiva é um elo em comum de uma mesma experiência (POLLAK, 1992). Através de depoimentos e entrevistas certas peculiaridades podem ser captadas. Ainda que seja uma trajetória de vida, ao analisar em conjunto com outros relatos de pessoas que participaram da mesma experiência é possível reconhecer características semelhantes nos discursos, nas sensações descritas, nas narrativas, e assim, se pode dizer que ali acontece uma relação de pertencimento entre pessoas e o lugar de memória.

Os fatores que constroem a memória destas enchentes como grandes inundações são os danos observados e suas dimensões, e o que a torna coletiva é a experiência em comum dos residentes da cidade, desabrigados ou não. O impacto das enchentes na Praça da Bandeira é central nas lembranças dos cariocas. Esse impacto se relaciona com a centralidade da praça, um frequente espaço de circulação para a maioria dos moradores, uma vez que esta une a Zona Norte, a Zona Sul e o centro da cidade. As enchentes ocorridas ali ganham maior visibilidade, visto que seu alagamento e o impacto que este tem no trânsito carioca se refletem nestas três áreas do Rio de Janeiro.

Assim, na fase inicial da pesquisa, a rede de entrevistados foi constituída a partir da Basílica de Santa Teresinha, uma igreja próxima à Praça da Bandeira. Percebemos, com as primeiras entrevistas realizadas nos entornos da Praça da Bandeira, a formação de uma rede de solidariedade intensa, que envolveu instituições como escolas e a própria Igreja, após o desastre de 1966. Ao mesmo tempo, questões de gênero, de identidade e de classe perpassam nitidamente os relatos. As questões de classe, especificamente, são as que nos chamam maior atenção, uma vez que os relatos são de pessoas de classe média que ajudaram no socorro, mas se tornaram desabrigados – o que, na linguagem dos jornais de época, as designaria como

---

<sup>2</sup> Apesar deste texto dedicar-se prioritariamente à memória popular, a pesquisa como um todo abrange também a memória oficial a partir da análise de diversos periódicos.

“vítimas da enchente”. Desta forma, foi a partir da mudança do foco inicial que chegamos até a Cidade de Deus.

São dois espaços importantes na compreensão do efeito destas enchentes na cidade. Enquanto o primeiro, a Praça da Bandeira, constitui-se como um espaço central, que sofre constantemente e mais intensamente os efeitos dos temporais caídos na cidade do Rio de Janeiro, o segundo, a Cidade de Deus, foi o espaço que emergiu após a enchente de 1966. A Cidade de Deus, que já existia, foi ocupada de fato após a catástrofe. É, portanto, uma comunidade cujo passado é associado, diretamente, aos desastres de 1966 e de 1967, sendo seus primeiros habitantes, em grande parte, vítimas das inundações. Através das lembranças das moradoras, hoje senhoras, entrevistadas entendemos a ocupação deste local e principalmente a forma com que esta ocupação foi influenciada por estas inundações.

Como afirma Marly Silva da Motta, a intervenção no espaço urbano do Rio de Janeiro foi uma das principais metas da administração de Carlos Lacerda. O governador ficou reconhecido em especial pela sua política de remoção de favelas da Zona Sul e consequente construção de conjuntos habitacionais nos subúrbios da Zona Oeste. Essa política de remoção atendeu a alguns interesses específicos. A retirada de favelas da zona sul interessava ao capital imobiliário que via nessa remoção grandes chances de investimentos. Consequentemente, também a criação dos conjuntos habitacionais significaria ativar empreendimentos que movimentariam diversos setores da economia além de criar milhares de empregos (MOTTA, 2000).

Segundo Marcelo Baumann Burgos o governo trabalhou simultaneamente com as perspectivas de remoção e urbanização. Dentre os conjuntos habitacionais surgidos na época desta política se destacam a Vila Kennedy, a Vila Aliança e a própria Cidade de Deus. Esta última foi criada no fim da administração de Lacerda, e foi alvo de diversas críticas devido à carência de infraestrutura quando os moradores começaram a ser transferidos. Os problemas envolviam a transferência para áreas distantes do trabalho, o sistema precário de transporte além da ruptura dos laços de sociabilidade existentes anteriormente (BURGOS apud ZALUAR E ALVITO, 2004)

Logo após o começo das obras de construção das casas da Cidade de Deus o novo governador do Estado, Negrão de Lima, enfrentou o problema das fortes chuvas de 1966 e

1967. Assim, a nova administração se viu na contingência de ter de resolver as consequências das maiores catástrofes já ocorridas na cidade. Com milhares de famílias desabrigadas, e algumas casas da Cidade de Deus já prontas, - ainda que sem a devida infraestrutura, o governo Negrão de Lima decidiu que se faria a transferência destas famílias para o local, mesmo com condições precárias.

### **Narrativas das enchentes: as vozes das vítimas**

Os relatos de vidas individuais, como já citamos, perpassam as enchentes, uma vez que foram episódios significativos que ocorreram na vida destas, mesmo que de forma negativa. Alessandro Portelli atenta para um importante aspecto da história oral: a subjetividade - tanto dos testemunhos como também do próprio pesquisador. O fato de lidar com fontes diferentes das tradicionais é desafiador. Os textos criados através da história oral são pessoais e subjetivos. A narrativa é o grande foco de análise. Essa narrativa é verdadeira e transfigura-se, portanto em fato (PORTELLI, 1996) e por isso deve ser analisada. Através dos testemunhos, portanto, buscamos trabalhar com as visões pessoais e entender como estas se transfiguram em visões coletivas. Os procedimentos da história oral nos oferecem uma gama de experiências compartilhadas, sejam estas reais ou imaginárias, que nos permitem compreender a importância e construção da memória.

Ana Lúcia Pereira Serafim, de 55 anos, mesmo bem pequena na ocasião da enchente de 66 se lembra de forma significativa o que aquela calamidade significou na vida de sua família<sup>3</sup>. Ela afirma ter acordado com a notícia de que deveria deixar sua casa que ficava no pico do Morro da Formiga, pois havia uma pedra condenada a rolar. A moradora afirma lembrar que a enchente causou muita tristeza, muito choro e muita dor. Segundo ela, seu pai não queria abandonar a casa e por isso, sua mãe tomou pra si a decisão de sair para não prejudicar a família.

Ana Lúcia foi uma das pessoas que se abrigou, durante este período, no Maracanzinho. Ela afirma não saber ao certo quanto tempo permaneceu no abrigo, mas que foi algo em torno de 8 meses e um ano pois as casas da Cidade de Deus ainda estavam sendo

---

<sup>3</sup> Entrevista gravada em 16 de Janeiro de 2013

construídas. No abrigo, ela afirma que havia toda estrutura para atendê-los. “As pessoas se mobilizaram bastante. Então, as pessoas iam direto lá. Eu lembro que toda alimentação... a gente tinha roupa, não faltava água”. Ela afirma que era um grande salão e que todos ficavam juntos, que acabou se tornando uma grande família.

Ana Lúcia também se lembra que seu irmão, talvez por decorrência da enchente, foi acometido por meningite. Ele ficou febril durante esse período e morreu pouco tempo depois, não chegando nem a ir para a Cidade de Deus.

Dona Terezinha, de 76 anos, por ser uma das primeiras moradoras da Cidade de Deus, mesmo não tendo passado por nenhuma experiência pessoal com as enchentes, as memórias de Dona Terezinha tem muito a acrescentar ao nosso relato<sup>4</sup>. Ela afirma que, ao chegar à Cidade de Deus, entrou em contato e fez amizade com muitas pessoas que foram vítimas das enchentes e que estas, originárias de diferentes lugares como Morro do São Carlos, Morro do Borel e até mesmo da Rocinha, relataram muito de suas experiências.

A própria Dona Terezinha atesta como a formação da Cidade de Deus está atrelada às enchentes, pois afirma que, apesar de algumas pessoas terem ido para o bairro por motivos diferentes – como ela mesma, que foi por ter ganhado uma casa ainda antes de 1966–, a maioria das pessoas que se mudaram para o local na época de sua formação eram vítimas de enchentes.

Dona Laura, nossa última entrevistada até então, relata que teve problemas tanto com a enchente de 66 quanto com a de 67, mas foi com esta última que acabou desabrigada<sup>5</sup>. Moradora anteriormente de Bento Ribeiro, ela afirma ter tido problemas frequentes com as chuvas. Segundo ela, todo ano que chovia a casa enchia, e por isso, sua família sempre perdia alguma coisa. Na enchente de 66, segundo ela, seu marido não quis abandonar a casa. Mas no ano seguinte, com seu marido no hospital, ela assumiu a responsabilidade de decidir e então saiu de casa. Em 67, a chuva também foi forte. Segundo Dona Laura, “No terceiro dia ainda tinha aquela lama horrível [...] foi a chuva mais forte que eu enfrentei”. Foram três dias de chuva forte e a rádio já anunciava que as pessoas estavam sendo acolhidas nos abrigos e que o governo apoiaria os que perderam a casa.

<sup>4</sup> Dona Terezinha morava em Poços de Caldas em Minas Gerais antes de se mudar para Duque de Caxias no estado do Rio de Janeiro. A entrevista foi gravada em 29 de Janeiro de 2013

<sup>5</sup> Dona Laura nasceu em Marechal Hermes, foi criada em Deodoro e depois de casada de mudou para Bento Ribeiro. A entrevista foi gravada em 5 de Fevereiro de 2013

*É, que tava abrigando as pessoas e ia apoiar, dar casa pra quem perdeu as casas. Pra quem não tinha condições de ficar dentro de casa. Que a prefeitura ia dar casa. Ai eu comecei pensar “poxa, ai uma oportunidade. Eu acho que eu vou com as crianças pra lá”. Porque meu marido não tava em casa então a opinião era minha né? Ai eu falei com meus compadres “ah, eu vou. Vou porque se cair outra chuva vai acabar o...vai acabar de arriar o telhado. E eu com essas crianças” E só pensava, se acabasse de cair eu tinha que entrar na casa deles. E ai ia ficar chato que já me ajudavam né? [...]Ai tomei coragem e sai. (Laura Pereira da Silva – moradora da Cidade de Deus)*

Dona Laura foi então para o Maracanãzinho onde afirma ter sido bem tratada. Segundo ela, as famílias ficavam juntas, havia pessoas que indicavam a hora das refeições e sempre tinha comida. “Tinha leite, tinha fruta, tinha tudo. Toda hora, Lá no Maracanãzinho era assim. E a comida era boa.” Pouco tempo depois disso, Dona Laura foi para a Fazenda Modelo onde afirmou ter sido uma situação completamente diferente.

*Quando apagava a luz, era de ter que tampar o ouvido. Quando voltava pior ainda. Aqueles gritos que as pessoas dá. Era horrível. A comida, parecia que molhou o arroz e o feijão e vinha pra você comer. Ficava azul o feijão. O arroz ficava como que tava só molhado. Quando acabava a hora do almoço você ia assim na beirada dos pavilhões, tinha pilha de comida jogada fora assim, arroz feijão tudo assim. (Laura Pereira da Silva – moradora da Cidade de Deus)*

Sobre a Cidade de Deus, todas as nossas entrevistadas foram categóricas ao afirmar o que tal mudança significou em suas vidas. Todas elas destacaram a falta de estrutura do local no momento em que chegaram e também a ressignificação social de suas vidas, já que foram afastadas do círculo anterior de convivência. Segundo o que afirmou Ana Lúcia, quando se mudaram não tinha nada além da casa. O próprio banheiro não tinha as instalações adequadas, não tinha água, nem luz além do sofrimento causado também nos episódios de chuva. Dona Terezinha reitera dizendo que no início os banheiros eram coletivos, e havia também cozinhas coletivas. A falta de transporte para o centro da cidade também é citada em todos os depoimentos. Dona Laura afirma que era preciso pegar um ônibus para a Freguesia para depois conseguir pegar um ônibus para outros locais tais como Taquara e Madureira. Como a maioria das mulheres na época trabalhava como doméstica na Zona Sul, o tempo de viagem variava de 3 a 4 horas. Além disso, os ônibus estavam sempre lotados.

Todas as moradoras afirmaram que tal mudança representou um grande choque de realidade em suas vidas. Segundo elas, era diferente da vida de antes tanto nos morros quanto em Bento Ribeiro, como no caso de Dona Laura. Ana Lúcia afirma que,

*Aí foi uma coisa assim muito assim, sei lá, meio estranho, engraçado, porque todo mundo com cultura diferente, pensamento diferente, ai se juntou todo mundo, entendeu? E as casas daqui são muito próximo ao vizinho da outra, então, não tinha muro, não tinha nada, a casa vizinha, aqui era a minha casa, aqui era a sua casa, entendeu? Eu tinha que conviver com você, a gente não sabe da onde que veio aquela pessoa, entendeu? Não sabe qual era a índole daquela pessoa, entendeu? O que aquela pessoa pensava. [...] eu vim do morro da formiga, mas teve gente que veio da Praia do Pinto, da Ilha das Dragas, e de vários lugares, sei lá. Juntou todo mundo, entendeu? [...] agora imagina uma comunidade como a Cidade de Deus todo mundo se unir, todo mundo com o pensamento diferente, com culturas diferentes, de lugar diferente. (Ana Lúcia Pereira Serafim – moradora da Cidade de Deus).*

Dona Laura acredita que não houve preocupação por parte do governo nem cuidado na hora de fazer a remoção. Segundo ela as pessoas da mesma comunidade não foram transferidas para lugares próximos, o que demonstra que não houve preocupação com a reconstituição das comunidades. Ao mesmo tempo, uma vez na Cidade de Deus, os próprios moradores buscavam reconstituir estas comunidades, identificando quem era de que morro, e compartilhando suas experiências de perda. De fato, ela mesma afirma ter sofrido certo tipo de preconceito por não ser originária de nenhum morro – isto é, não dividia a mesma narrativa de enchente que seus vizinhos.

As entrevistas nos mostram que, em meio ao abandono do governo, a comunidade se voltava de início para algumas instituições como a Igreja Católica, que teve papel importante na comunidade. Só mais tarde, com a formação das associações de moradores foi que se estabeleceu uma linha com o governo. Por esses motivos, as moradoras relatam que nessa época muita gente desistiu de tentar morar ali e acabou abandonando suas casas depois de dois ou três meses morando na Cidade de Deus. Havia uma rotatividade grande de moradia. Afinal, como os relatos afirmam, a infraestrutura do bairro era precária, o transporte era extremamente complicado e, além disso, sofria-se também com o problema das enchentes, como se verá posteriormente. Então, conta Dona Terezinha, muitas pessoas resolveram até mesmo tentar voltar para os morros ou pra outros lugares “socialmente piores



mas mais tranquilos”. Segundo os relatos algumas pessoas mesmo nos abrigos desistiram de esperar, devido à demora nas obras.

Durante os relatos, percebemos um aspecto importante: apesar da Cidade de Deus ser o lugar para onde foram encaminhadas as vítimas destas grandes enchentes, este se tornaria também, após algum tempo, um local de enchente. Uma enchente marcante na própria Cidade de Deus perpassa alguns de nossos relatos. Segundo Dona Terezinha, foi por conta dos rios do local - Rio Grande, Estiva e Banca da Velha - que a água se espalhou pelo bairro e como os esgotos eram baixos, a água voltava pelos banheiros ao invés de escoar. Segundo nossas entrevistadas, a situação era bem comum logo no início da ocupação do local e continuou frequente até recentemente quando o governo realizou algumas obras que diminuiriam a incidência dos efeitos das chuvas.

Um aspecto importante e percebido com facilidade nas narrativas é a interação entre a natureza dentro de um ambiente urbano. William Cronon, importante historiador ambiental, ressalta a importância de se atentar para esse aspecto. O autor ressalta que a experiência ambiental da maior parte dos indivíduos acontece dentro das próprias cidades (CRONON, 1995). Dona Terezinha descreve como se constituía a relação das pessoas com o meio ambiente. No começo da formação, segundo a moradora, os rios do entorno eram limpos, então era frequente entre as pessoas o hábito de pescar.

*É, eu ainda não tinha filho né, mas meus vizinhos, meu irmão, meus dois irmãos menor pescava no...tem um peixe chamado muçum [...] Então, eles pescavam muito, pescavam camarão né, uns camarõezinhos. [...] pescavam com peneira né acho que é com peneira mesmo. Tinha, pescava nesses rios, principalmente o Banca da Velha, o Rio Grande que é do lado de cá. [...] Tinha capivara, pescava, caçava às vezes tatu, aquele preá né... (Maria Terezinha Justo de Jesus – moradora da Cidade de Deus)*

Ana Lúcia concorda e afirma que “o rio era limpo, a gente brincava muito no rio, tomava banho no rio [...] Ainda tinha tomate, tinha taioba, tudo isso na beira do rio, era coisa muito limpa, não era essa coisa suja, horrível que tá hoje.” Dona Laura também afirma que seus filhos pegavam camarão nos rios além de caçar rã. Percebemos, que mesmo em ambiente urbano, a relação com a natureza se constituiu de forma próxima. O rural e o urbano se misturam e se relacionam de forma profunda no início da formação da Cidade de Deus.

A perspectiva de gênero também nos aparece de forma significativa nos relatos. Nos relatos, apesar da presença de uma clara hierarquização na relação entre os sexos, pudemos perceber que no momento emergencial os papéis, de certa forma, se inverteram. A mulher, no caso da mãe de Ana Lúcia, ao perceber os efeitos das chuvas e as possíveis consequências negativas que poderiam recair sob sua família, passa por cima da decisão do marido de não querer abandonar a casa e resolve sair de casa de qualquer maneira. Assim como Dona Laura, que por conta do afastamento do marido, toma pra si a decisão de permanecer ou não em sua casa.

Desastres desse tipo chamam nossa atenção para o papel do Estado e seus diversos órgãos. O próprio planejamento da cidade deve ser levado em consideração, mas também a existência de planos emergenciais para casos de desastres. Logo, é importante considerar o que a própria sociedade espera da administração e qual o grau de responsabilidade atribuído ao Estado. Em nossas entrevistas percebemos que, apesar de reconhecer as falhas do governo em muitos sentidos, é comum que não se responsabilize unicamente a administração pelos efeitos dos temporais. Para Dona Terezinha, a enchente não foi “descuido do governo”, apesar de muitas pessoas na época terem insistido nessa hipótese. Para ela a natureza não poderia ser controlada. Apesar de responsabilizar a ação humana, ela reitera sobre uma enchente que ocorreu posteriormente – em 1984 – na Cidade de Deus “essa chuva não foi ninguém culpado. Foi lá no alto da serra. Foi muita chuva.” Além disso, nas entrevistas realizadas na Praça da Bandeira, como já destacamos, percebe-se a atuação de outros indivíduos e instituições para além do Governo, como é o caso da Igreja.

### **Considerações Finais**

Cabe aqui salientar que a busca por estes testemunhos na Cidade de Deus correspondeu a uma necessidade de ampliação da pesquisa feita até então, u ampliação pautada principalmente na questão de classe, que apareceu nitidamente nas primeiras entrevistas realizadas. Porém, até o momento, só conseguimos realizar entrevistas com mulheres, e como acreditamos na importância de conseguir também uma perspectiva de gênero, vamos buscar a ampliação também nesse sentido.

A já citada problemática da subjetividade da história oral ganhou destaque ao escrevermos este artigo. A visão de mundo, a classe social e muitos outros fatores nos permitem traçar uma memória em comum acerca do episódio das enchentes. As narrativas aqui apresentadas se confundem com a própria história de vida desses indivíduos que passaram pela experiência de viver em uma cidade com crescimento urbano desordenado onde a ocupação de certas áreas resultou em perigosas consequências.

O contraste entre dois locais específicos da cidade – um lugar de passagem e um lugar de moradia – nos leva a importantes considerações. A Praça da Bandeira, por constituir um local de passagem, quando afetada pelas enchentes, causa efeitos maiores por influir diretamente na circulação da cidade. Dessa forma, por ser uma área mais afetada e devido à sua importância, este local constitui um símbolo desses desastres pois fica marcado de forma mais significativa na memória de seus moradores. A Cidade de Deus, por outro lado, foi o local para onde muitas das pessoas que efetivamente foram vítimas das enchentes foram transferidas. Esse novo local de moradia nos permite perceber a própria reestruturação da cidade resultante destas catástrofes, que a partir de medidas emergenciais decide pela mobilidade de indivíduos vulneráveis.

As percepções de lugar, durante os desastres urbanos são bastante distintas nos dois casos analisados. Na Praça da Bandeira pudemos observar a formação de uma rede de solidariedade que ao mesmo tempo em que integra indivíduos se mostra um sistema revelador de certas diferenças sociais. As entrevistas feitas até então não contemplaram pessoas que efetivamente tivessem sofrido com as enchentes, e sim indivíduos pertencentes a classe média que fizeram parte dessa rede de solidariedade. Enquanto isso, no processo de formação da Cidade de Deus, notamos a desagregação de certos vínculos sociais a partir de remoções que foram feitas sem o devido cuidado. Notamos claramente a diferença de classe, pois as entrevistadas mais recentes realmente perderam muito com as enchentes e tiveram suas vidas completamente transformadas, podendo ser encaradas como verdadeiras vítimas das enchentes, de acordo com os jornais da época, porque chegaram a ficar desabrigadas.

Este artigo visou abordar especificamente os efeitos dessas calamidades na Cidade de Deus, uma vez que procuramos ampliar as perspectivas obtidas na parte inicial da pesquisa, efetuada na Praça da Bandeira. A história oral se mostra assim um importante mecanismo

para a construção dessa história ambiental urbana que busca não só entender esse cenário, mas também as construções sociais que se apresentam em meio a este.

## **Bibliografia**

CRONON, W. The Trouble with Wilderness; or, Getting Back to the Wrong Nature. In William Cronon, ed., *Uncommon Ground: Rethinking the Human Place in Nature*, New York: W. W. Norton & Co., 1995

MOTTA, Marly Silva da. *Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-1975)*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2000.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, vol. 5. n. 10, 1992, p.200-212

PORTELLI, A. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significadas nas memórias e nas fontes orais. *Revista Tempo* 1 (2): 59-72, 1996.

ROSA, L. P. e LACERDA, W. A. (eds). *Tormentas cariocas Seminário Prevenção e Controle dos Efeitos dos Temporais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: COPPE/ UFRJ, 1997.

ZALUAR, A. & ALVITO, M. (orgs.) *Um século de favela*. 4ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2004.